

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) ANTONIO SINVAL TORRES GUERREIRO / C Sup 2024

**SAÚDE MENTAL DE PEQUENOS GRUPOS:
o caso específico do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade**

Rio de Janeiro

2024

CC (T) ANTONIO SINVAL TORRES GUERREIRO / C Sup 2024

**SAÚDE MENTAL DE PEQUENOS GRUPOS:
o caso específico do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade**

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientadora: CF (T) AGNES TORRES AGUIAR.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Marcia Elisane e aos meus filhos Leonardo e Sophia, minha família, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Comandante Agnes, pelas instruções precisas e por dedicar um pouco de seu tempo a este trabalho.

À minha família, pela ajuda nas leituras dos textos das minutas que antecederam a conclusão desta monografia.

A Deus por abrir as portas para que eu chegasse até aqui e por sustentar a minha saúde mental.

“Desnecessário é lembrar que a capacidade de qualquer Poder Naval é tão boa quanto a dos homens que o guarnecem. E o homem só estará no máximo da sua aptidão se tiver a necessária tranquilidade para o exercício de sua profissão”.

Contra-Almirante Miguel Ângelo Davena –
Diretor de Assistência Social da Marinha –
23/08/1999

RESUMO

Em março de 2020, diversos países foram afetados pela pandemia provocada pelo coronavírus, segundo a Organização Mundial da Saúde. Tal revés trouxe ênfase à preocupação com a saúde mental, imposta pelo isolamento social. Esta monografia tem como propósito destacar a importância dos apoios social e religioso no efetivo apoio às pessoas em situação de isolamento, com destaque para o socioassistencial prestado pela Marinha do Brasil às tripulações do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade, território nacional, localizado a aproximadamente 1.200 km da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, bem como contribuir para a melhoria dos serviços assistenciais oferecidos aos militares que lá guarnecem e atuam em condições de isolamento. A pesquisa a que se refere este trabalho tem sua relevância ampliada por tratar de questões que afetam a saúde psicossocial do maior patrimônio da instituição, o capital humano, aspecto fundamental para gestão estratégica da organização, tendo em vista o alto risco imposto aos componentes de pequenos grupos, destacados em missões isoladas e sob pressão psicológica interna, quando um único indivíduo desestabilizado poderá desencadear situações conflitantes e perigosas para o cumprimento da missão, bem como para o contingente destacado. Assim, vislumbra-se duas hipóteses, sendo a primeira a necessidade de acompanhamento durante o período de movimentação das tripulações designadas para o POIT, com a presença de um profissional da área de psicologia, de serviço social ou de capelania e, a segunda, é a de que pessoas que se mantêm psicologicamente saudáveis, realizam atividades laborais mais consistentes, levando ao cumprimento satisfatório da missão demandada. Quanto ao referencial teórico foram abordadas obras de autores como Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004), sobre saúde mental no trabalho e, ainda, Borges (2022), tratando do histórico da trajetória da proteção à família naval, dentre outros. Foram utilizadas normas técnicas, como a DGPM-501 (Assistência Social da Marinha do Brasil) e a DGPM-502 (Serviço de Assistência Religiosa da Marinha). Portanto, concluiu-se que além das ações de preparação, acompanhamento à distância e desmobilização das equipes, já executadas, torna-se fundamental o apoio *in loco*, por pessoal qualificado, com aproveitamento dos navios da MB que, eventualmente, se deslocam para as mais diversas atividades na Ilha.

Palavras-chaves: Saúde Mental. Assistência Social. Assistência Religiosa. Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade.

ABSTRACT

In March 2020, several countries were affected by the pandemic caused by the coronavirus, according to the World Health Organization. This setback highlighted concerns about mental health, exacerbated by social isolation. This thesis aims to emphasize the importance of social and religious support in effectively assisting individuals in isolation, with a focus on the social welfare provided by the Brazilian Navy to the crews at the Oceanographic Station of Trindade Island, a national territory located approximately 1,200 km from the city of Vitória, the capital of the state of Espírito Santo. It also aims to contribute to the improvement of the welfare services offered to the military personnel stationed there, who work under isolation conditions. The research discussed in this work gains increased relevance due to its focus on issues affecting the psychosocial health of the institution's greatest asset, human capital, essential aspect for the strategic management of the organization. This is particularly important considering the high risks faced by members of small groups deployed on isolated missions under psychological pressure, where a single destabilized individual can trigger conflicting and dangerous situations, both for the mission and for the team. Thus, two hypotheses are proposed. The first is the need for support during the movement period of the crews assigned to the Oceanographic Station, with the presence of a professional from the fields of psychology, social services, or chaplaincy. The second hypothesis is that individuals who remain psychologically healthy perform more consistent work, leading to a satisfactory fulfillment of the mission. The theoretical framework includes works by authors such as Codo, Soratto, and Vasques-Menezes (2004), focusing on mental health at work, as well as Borges (2022), which discusses the history of the protection of the naval family, among others. Technical standards such as DGPM-501 (Social Welfare of the Brazilian Navy) and DGPM-502 (Religious Welfare Service of the Navy) were also referenced. Therefore, it was concluded that in addition to the actions of preparation, remote monitoring, and demobilization of the teams, which are already carried out, on-site support by qualified personnel is essential, utilizing Brazilian Navy ships that may be deployed for various activities on the Island.

Keywords: Mental Health. Social Welfare. Religious Welfare. Oceanographic Station of Trindade Island.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BONO	– Boletim de Ordens e Notícias
CIAA	– Centro de Instrução Almirante Alexandrino
CIRM	– Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CMAM	– Centro Médico Assistencial da Marinha
CNUDM	– Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar
ComDivAnf	– Comando da Divisão Anfíbia
ComemCh	– Comando em Chefe da Esquadra
DASM	– Diretoria de Assistência Social da Marinha
DE	– Diretoria Especializada
DGPM	– Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha
DPA	– Diretoria do Pessoal da Armada
EACF	– Estação Antártica Comandante Ferraz
END	– Estratégia Nacional de Defesa
FEB	– Força Expedicionária Brasileira
MB	– Marinha do Brasil
MD	– Ministério da Defesa
MINUSTAH	– Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
NAS	– Núcleo de Assistência Social
N-SAIPM	– Núcleo de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha
OM	– Organização Militar
OMB	– Ordinariado Militar do Brasil
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAEM	– Programa de Atendimento em Missões

PEM 2040	– Programa Estratégico da Marinha
PND	– Política Nacional de Defesa
POC	– Ponto de Contato
POIT	– Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade
PROTRINDADE	– Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade
SAIPE	– Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Esquadra
SARM	– Serviço de Assistência Religiosa da Marinha
SASA	– Serviço de Assistência Social da Armada
SASM	– Serviço de Assistência Social da Marinha
SECIRM	– Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SSM	– Serviço de Saúde da Marinha
UNIFIL	– <i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SAÚDE MENTAL E O ISOLAMENTO	14
3	O COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL	15
4	A FORMAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM FOCO NO ASPECTO PSICOSSOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO DA MARINHA DO BRASIL	20
4.1	A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA MARINHA	22
4.2	A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NA MARINHA	26
5	O APOIO PSICOSSOCIAL À MISSÃO DO POSTO OCEANOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE	30
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PSICOSSOCIAL APLICADO AOS MILITARES QUE GUARNECERAM O POSTO OCEANOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE	43
	APÊNDICE II – ENTREVISTA REALIZADA COM OFICIAIS QUE GUARNECERAM O POSTO OCEANOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE	44

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença; que se trata de um estado no qual o indivíduo consegue lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar com produtividade e torna-se apto a contribuir para a sociedade (OMS, 2022).

Uma abordagem trazida por Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004) é a de que um dos fatores que influenciam a sanidade mental é o alto nível de estresse, levando a ações críticas e extremas como o suicídio. Esses autores definem, ainda, que a razão para o surgimento do quadro do estresse é biológica e diz respeito à exigência de adaptação do organismo face às tensões do seu ambiente.

Dentro dessa perspectiva, temos o contexto das tripulações designadas pela Marinha do Brasil (MB) para servirem, em áreas isoladas, por um determinado período de tempo, com carência de assistência psicossocial, tais como a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e, também, os faróis isolados e o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT), este último pauta desta pesquisa.

O objetivo central deste trabalho é destacar a importâncias da assistência psicossocial contínua para os militares destacados no POIT, com possibilidade de ampliação do acompanhamento, cujo apoio acontece, atualmente, apenas de forma esporádica, durante as movimentações de ida e volta em navios da MB. Para esta abordagem foram considerados aspectos do bem-estar psíquico, em decorrência do acompanhamento profissional efetivo e continuado, com vistas a minimizar os impactos negativos causados pela desordem mental, decorrente do estresse gerado pelo isolamento social.

Ressalta-se que esta pesquisa tem como propósito contribuir para o fortalecimento da saúde mental no âmbito da MB e suscitar reflexões sobre tão relevante assunto para a Força, além de cooperar com vistas à melhoria da gestão de pessoal, a partir da identificação de uma situação que pode comprometer o cumprimento da missão.

Para alcançar o propósito supracitado, foram considerados subsídios de militares que compuseram as tripulações designadas para missão no POIT, com a

delimitação temporal do período de 2017 a 2024, o que permitiu o levantamento de algumas necessidades psicossociais que ocorreram, derivadas das experiências adquiridas. Buscou-se, assim, encontrar resposta a seguinte questão: como a Marinha do Brasil pode aperfeiçoar o acompanhamento psicossocial dos militares destacados para cumprimento de missão no POIT?

Quanto aos objetivos específicos, que permitiram a consecução do objetivo principal, foi primeiramente exposta a necessidade de pessoal qualificado, para atender a demanda psicossocial dos militares e, posteriormente, lidar com as consequências negativas, tanto para o grupo quanto para a execução das tarefas, decorrentes da falta desses profissionais.

Na leitura analítica sobre os aspectos cognitivos relacionados ao isolamento/confinamento foram utilizados, num primeiro momento, a obra de Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004), abordando saúde mental no trabalho e seus vários aspectos e outra base tendo como fonte a obra organizada por Borges (2022), que trata da trajetória da proteção à família naval. Foram analisados como referencial teórico o Programa de Atendimento em Missões (PAEM) e a ação de contingentes militares brasileiros em missões no POIT. Foram selecionados como métodos a investigação bibliográfica e documental em publicações e periódicos especializados sobre o tema, relacionados ao bem-estar mental de pequenos grupos, além de Normas da MB que tratam das assistências social e religiosa, intituladas DGPM-501 e DGPM-502, respectivamente.

Utilizou-se a aplicação de um questionário, constante do apêndice I, cujas respostas contribuíram para o levantamento das percepções dos integrantes do contingente e suas necessidades, em decorrência da missão. Também foram realizadas entrevistas, de acordo com o especificado no apêndice II, a Oficiais da MB que atuaram no POIT, como chefe, ajudante ou médico.

Este trabalho foi organizado tendo o segundo capítulo intitulado Saúde Mental e o Isolamento; o terceiro sob o título Comprometimento Organizacional e o quarto com a denominação de A Formação de uma Equipe Multidisciplinar, com foco no aspecto psicossocial da força de trabalho da Marinha do Brasil, este subdividido em a assistência social na Marinha e a assistência religiosa na Marinha. No quinto capítulo, trata-se do Apoio Psicossocial à Missão do POIT, concluindo com as considerações finais acerca dos resultados obtidos com as vivências de militares que compuseram o destacamento.

2 SAÚDE MENTAL E O ISOLAMENTO

De acordo com dados de 2022, da OMS, a saúde mental é parte integrante da saúde e bem-estar geral constituindo-se um direito básico. Define, ainda, que uma boa higidez cognitiva significa a capacidade de nos conectar, funcionar, lidar e prosperar em uma continuidade complexa com experiências que variam de um estado ideal de qualidade de vida a estados de grande sofrimento e dor emocional.

Por outro lado, a OMS (2022) ressalta que o abalo do vigor mental e a falta de acesso a suporte adequado deterioram a vitalidade psíquica, perturbando os pensamentos e sentimentos, provocando mudanças de hábitos e comprometimento da saúde física, com implicação em relacionamentos sociais e profissionais.

De acordo com Silva *et al.*, (2022), conclui-se que o isolamento social, bem como a condição solitária, pode provocar uma série de impactos negativos na saúde e nas relações dos indivíduos, sendo alguns dos principais impactos:

- a) psicológicos: isolamento emocional, ansiedade, estresse e depressão;
- b) sociais: redução da qualidade das relações interpessoais e indisposição social;
- c) físicos: problemas de sono, distúrbios alimentares e doenças psicossomáticas; e
- d) no trabalho: baixa produtividade, desmotivação redução da motivação e dificuldades de comunicação;

Silva *et al.* (2022) ainda aponta sobre a importância de que indivíduos em isolamento social recebam suporte adequado para mitigar os impactos negativos à saúde. Isso inclui acesso a recursos para melhorias na qualidade de vida, comunicação regular com amigos e familiares, manutenção de uma rotina saudável e atividades que promovam o bem-estar físico e emocional.

O isolamento social temporário e o conseqüente sentimento de solidão contribuem para uma infinidade de problemas de saúde física e mental, incluindo demência, problemas do sistema imunológico, transtornos psicológicos e comportamentais de alto risco, como as fobias, relatando que esses aspectos foram mais claramente percebidos por ocasião da recente pandemia provocada pelo novo coronavírus, em 2020 (Silva *et al.*, 2022).

Uma implicação extrema da saúde mental debilitada é a questão do suicídio. Estatisticamente, a OMS (2022) registra que pode haver vinte tentativas dessa ação para cada morte, sendo contabilizado como o responsável por mais de uma em cada cem perdas de vida, tornando-se uma das principais causas de óbito entre os jovens e adultos.

No Brasil, o suicídio entre jovens cresceu 6% por ano entre 2011 a 2022, enquanto os índices relatando autolesões na faixa etária de dez a 24 anos de idade aumentaram 29%, ao ano, no mesmo período. Atualmente, os dados se aproximam de quatorze mil casos de suicídio por ano, ou seja, 38 pessoas, em média, tiram suas vidas por dia no país. Considerando que praticamente 100% de todos os casos de suicídio estão ligados às doenças mentais, principalmente não diagnosticadas ou tratadas incorretamente, em sua maioria, os óbitos poderiam ter sido evitados com abordagem adequada e informações de qualidade.¹ Rotineiramente, a MB divulga matérias em Boletins de Ordens e Notícias (BONO), para informação geral, disseminando à família naval a relevância do PAEM, principalmente no que diz respeito ao apoio aos familiares no período em que o militar encontrar-se ausente a serviço.

Para Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004), a desestabilização do bem-estar mental pode não ser um quadro perceptível de imediato, e ficar evidente apenas após a ocorrência de episódios comportamentais comprometedores do ambiente social, no qual o indivíduo está inserido, inclusive nos grupos profissionais em situação de isolamento temporário, com consequências mais drásticas, dependendo da reação ante as demandas sociopsicológicas.

Esse cuidado refletirá no comprometimento com a instituição onde o servidor presta seus serviços, levando a desempenhos positivos no que diz respeito à proatividade, espírito de equipe e produtividade com qualidade nas tarefas.

3 O COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL

Puente-Palácios (2008) explana que no cenário organizacional se distingue a constituição de células de desempenho cada vez mais atuantes, observando-se uma

¹ Publicado no BONO Geral nº 721, de 11/09/2024, matéria do Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM).

evolução do interesse na compreensão das suas principais características e do seu funcionamento, tanto por parte de pesquisadores, quanto de gestores de recursos humanos com os grupos com os quais convivem diariamente. Essa autora descreve que equipes de trabalho podem ser qualificadas como corporações sociais incluídas em sistemas maiores, tipificadas como organizações sociais, as quais executam atividades consideradas importantes para a atividade fim da organização da qual fazem parte, tendo em vista que os resultados de suas tarefas influenciam os ambientes interno e externo à equipe, com consequências para a saúde mental, não só do grupo, mas também do indivíduo, relacionando-se à questão do isolamento, ou mesmo do confinamento, impactando no sentimento de solidão, com abordagem sobre a atuação das equipes de trabalho.

Os administradores e os dirigentes organizacionais anseiam por terem subordinados motivados com o seu trabalho, sua equipe e acima de tudo com a organização em que atuam. O pressuposto é o de que quanto mais motivados melhores serão os desempenhos e a garantia do cumprimento do propósito estabelecido, tanto na atividade privada quanto na pública, mas essa relação não é facilmente estabelecida na prática (Gondim e Silva, 2004).

Conforme Siqueira e Gomide Junior (2004), já no início do século passado, desenvolveu-se pesquisas com o propósito de mostrar as proporções, os determinantes (causas possíveis), os correlatos (sentidos análogos), as consequências (possíveis resultados) e o desenvolvimento de técnicas de medidas de uma percepção que flui quando o indivíduo se relaciona com situações de atividades ocupacionais, como expresso pelos autores:

Esse sentimento, denominado satisfação no trabalho (*Job satisfaction*), é a variável de natureza afetiva que maior atração tem exercido tanto sobre os estudiosos de Psicologia Organizacional e do Trabalho como sobre gestores e pesquisadores do comportamento organizacional.

A posição de destaque ocupada por satisfação no trabalho decorre, em grande parte, de suposições elaboradas por gestores e pesquisadores a respeito do seu papel determinante sobre os comportamentos dos empregados considerados relevantes para organizações.

Afora a preocupação em demonstrar as qualidades preditivas de satisfação sobre outras variáveis inerentes ao ambiente organizacional, suposições de natureza particularmente social e humanista também a concebem como um fenômeno importante para ser analisado e entendido, independentemente do modo como se relaciona ou influencia comportamentos no trabalho. Os que adotam tal linha de raciocínio argumentam ser a satisfação um resultado ou uma consequência (*output*) de experiências pessoais no meio organizacional

que se irradiam para a vida social do indivíduo, podendo representar um forte indicador de influências do trabalho sobre saúde mental, de relação entre trabalho e vida familiar ou até de interação entre trabalho e vínculos afetivos pessoais (Siqueira e Gomide Junior, 2004, p. 302–303).

Siqueira e Gomide Junior (2004) discorrem que no transcurso do século XX, muitas teorias sobre normas sociais foram aplicadas para criar argumentos a favor da existência de relações de permuta entre colaborador e organização. Ressaltam, esses autores, que nesse câmbio, as instituições se esforçam para atrair, manter e incentivar seus servidores por meio de ações de gestão de pessoas, oferecendo incentivos na forma de retribuições sociais e psicossociais, além de outros benefícios. Também expõem que esse capital humano almeja a réplica referente a seus atos de trabalho, buscando atender suas necessidades e de seus familiares. Além desses anseios, os autores mencionados destacam que os trabalhadores também aspiram por dividir com a organização uma relação de troca balanceada, procurando obterem apoio para dificuldades que enfrentam em determinados períodos, considerando também o atendimento a demandas sociopsicológicas.

Na década de 1980, houve a difusão de que trabalhadores formam conceitos acerca do quanto a sua organização cuida de seu bem-estar e valoriza seus desempenhos. Este conjunto de conceitos, Siqueira e Gomide Junior (2004) o designaram de “percepção de suporte organizacional” e complementam que tais sentidos dos servidores dirigem-se à compreensão que possuem acerca do trato das instituições para com eles e deles para com as organizações, conferindo características humanas às corporações e presumindo relações sociais com ela.

Siqueira e Gomide Junior (2004) ressaltam que foram realizadas pesquisas com o intuito de esclarecer as bases do vínculo estabelecido entre um trabalhador e a instituição onde ele exerce a sua profissão, conferindo a esse vínculo o nome de “comprometimento organizacional afetivo”, no qual busca-se descobrir bases de um padrão comportamental desejável por organizações, tal como lealdade ou vestir a camisa da empresa. Ressaltam os autores que, dentro dessa visão,

comprometimento organizacional seria uma atitude genérica sobre a organização, composta por três elementos: crença e aceitação de objetivos e valores organizacionais; disposição para se esforçar a favor da organização; e desejo de permanecer na organização.

Quando o indivíduo internaliza os valores da organização, identifica-se com seus objetivos, se envolve com os papéis de trabalho, desempenhando-os de

forma a facilitar a consecução dos objetivos do sistema, e deseja permanecer trabalhando para ela, considera-se que foi desenvolvida uma ligação psicológica, de natureza afetiva, com a organização.

[...] o vínculo afetivo com a organização tende a se tornar mais fortalecido na medida que os empregados percebem a empresa comprometida com eles (Siqueira e Gomide Junior, 2004, p. 316–317).

Aqueles que compõem a força de trabalho desenvolvem percepções do quanto a instituição valoriza suas tarefas e zela pelo seu bem-estar. Quanto mais os indivíduos percebem esse suporte, mais se comprometem com ela, produzindo o senso de cumprir os seus objetivos e sua missão, resultando compromissos duradouros. O sentimento de que a instituição oferece segurança, valoriza e cuida dos seus trabalhadores, pode levá-los a satisfazer necessidades socioemocionais, seja porque se sentem parte da organização ou porque reconhecem esse papel como componente de sua identidade social (Siqueira e Gomide Junior, 2004).

Albuquerque e Puente-Palácios (2004) apontam que os grupos tendem a se ajustar entre seus membros, influenciando-se conjuntamente para alcançar os seus fins. Esboçam, esses autores, que, na mesma proporção, tanto os traços de personalidade quanto o tipo de tarefa a ser cumprida possibilitam a constituição de um enredo que podem levar a influências comportamentais de um indivíduo sobre o outro ou sobre o grupo em que atua, servindo como recursos de influência em uma determinada equipe, pois formam um conjunto, mas podem ser competitivas e destrutivas em ambas as partes, devendo-se atentar para esse fato a fim de evitar falhas excessivas e prováveis influências psicológicas negativas.

O conceito de envolvimento no trabalho, segundo Siqueira, Martins, Orengo e Souza (2014), é reconhecido pela ocorrência desse fato entre elementos organizacionais quando estes se apresentavam física, cognitiva, emocional e mentalmente no transcorrer do gerenciamento das suas atribuições profissionais. Apontam que os indivíduos mais envolvidos dedicavam mais energia para o trabalho porque com ele se identificavam, sendo considerado um estado mental particular produtor de resultados positivos tanto para o indivíduo (crescimento e evolução pessoal) quanto para as instituições (qualidade do desempenho).

Já no que tange à questão da espiritualidade, como mais um ponto fundamental no tocante à saúde psíquica, Siqueira, Martins, Zanelli e Oliveira (2014), descrevem que a conceituação de espiritualidade, é cada vez mais pesquisada na área de estudos organizacionais, como uma imagem ainda bastante nova na área da

psicologia do trabalho. Ressaltam que a espiritualidade, no contexto profissional, não deve ser confundida com religiosidade, não se tratando de conversão ou religião, com o objetivo de levar indivíduos a aceitarem um segmento religioso específico – refere-se, diferentemente, à possibilidade de reconhecer um propósito e significado no trabalho, aludindo a pessoas com um senso de ligação pessoal e sua comunidade local de trabalho, contribuindo, assim, para reforçar a higidez cognitiva dos trabalhadores.

Algumas teorias embasariam o reconhecimento e o interesse ascendente a respeito da espiritualidade como elemento de compreensão do comportamento dos trabalhadores deste século, como por exemplo uma contrapartida às pressões e ao estresse causados pela agitação do dia a dia, o estilo de vida moderno, influenciado pela mobilidade geográfica, novos padrões de família, transitoriedade do trabalho, pessoas sendo substituídas pelas novidades tecnológicas e atividade profissional com exercício distante do ambiente familiar por períodos extensos, além da possibilidade de solidão, acentuam a necessidade de relacionamento e de envolvimento com esse campo de vivência (Siqueira, Martins, Zanelli e Oliveira, 2014).

A explosão sobre o interesse na espiritualidade como uma nova extensão de gestão de recursos humanos, conforme demonstra Siqueira, Zanelli, Martins e Oliveira (2014) é provavelmente uma das tendências de maior significado nesse setor de conhecimento, demonstrando que o aumento de pesquisas sobre o assunto tem sido identificado na literatura, especificando que as organizações têm absorvido cada vez mais a aceitação de ideias relacionadas a valores como paz interior, verdade, respeito e honestidade, apontando a uma crescente busca por mais humanização e equilíbrio da organização, o que estimula cada vez mais investigação por um melhor aspecto mental para os colaboradores.

Outro fator, apontado por Siqueira (2008), é o engajamento com o trabalho, gerando consequências favoráveis ao indivíduo e à organização. Menciona, ainda, que para o indivíduo, o exercício de atividades que lhe permitam uma satisfação pessoal leva a vivenciar uma experiência agradável de realização por meio de suas habilidades, tornando-o mais confiante sobre suas tarefas, propiciando ao trabalhador alcançar um estado prazeroso de relação com a atividade profissional, contribuindo para o bem-estar pessoal e colaborando para uma saúde mental fortalecida, resultando satisfatoriamente no cumprimento da missão delegada.

Um estudo abordando sofrimento psicológico no trabalho (entendido como sinônimo de saúde mental e trabalho), de acordo com Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004) é apresentado como uma das abordagens para a questão do estresse, sendo apresentada uma definição pelos autores, posicionando a saúde mental estabilizada como a capacidade de autoconstrução, produzindo benefícios para si mesmo e para a sociedade. Consideram que o distúrbio ou sofrimento psicológico é o rompimento dessa capacidade construtiva e que vai influenciar negativamente os resultados laborais, gerando um estresse em níveis anormais.

Assim, de acordo com os autores abordados até aqui, conclui-se que o comprometimento organizacional alcança uma condição satisfatória ao se considerar como pontos de atenção o acompanhamento das equipes de trabalho, a valorização das habilidades individuais e do trabalho executado, a religiosidade como delimitador do estresse e a construção do sentimento de envolvimento ao se perceber servindo à organização de forma prazerosa, colaborando com a sua produção e desenvolvimento, permitindo o alcance de resultados profissionais e psicoemocionais, além de possibilitar uma saúde mental estável.

4 A FORMAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM FOCO NO ASPECTO PSICOSSOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO DA MARINHA DO BRASIL

A saúde mental é tão importante quanto a saúde física, por isso a MB tem tratado o assunto com extremo zelo, pois refere-se ao cuidado com o seu maior patrimônio, de acordo com o Plano Estratégico da Marinha – PEM 2040, a sua força de trabalho, implementada por um dos eixos desse Plano, o eixo Família Naval (Brasil, 2020). Um vigor psíquico estabilizado permite caminhar com o estresse do dia a dia, perceber as próprias habilidades, aprender e trabalhar bem e contribuir ativamente para os mais diversos grupos sociais, permitindo a capacidade da conexão individual e comunitária, sendo inerente e essencial para as pessoas, influenciando o pensar, o sentir e o agir e, também, sustentando a capacidade decisória e a melhor forma de condução dos contingentes militares no cumprimento de missões em áreas inóspitas e hostis.

Estabelece, ainda, o PEM 2040, de acordo com Brasil (2020), na Ação Estratégica Naval – Pessoal, a execução de ações de apoio ao núcleo familiar, buscando

mitigar as ações de âmbito social, psicológicos e jurídicos que possibilitem o comprometimento da força de trabalho da MB na realização de suas atividades.

Esse campo de atividade que engloba aperfeiçoar a saúde mental retrata a importância de uma abordagem holística para promoção e manutenção com ênfase na prevenção, no diagnóstico precoce e na intervenção adequada, contexto que atualmente encontra bastante espaço no âmbito das Forças Armadas, em virtude da ação institucional em manter a tropa mentalmente saudável, redundando na edição de publicações normativas como a DGPM-501 (Normas sobre a Assistência Social da Marinha do Brasil) e a DGPM-502 (Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha), que abordam pontos relacionados ao acompanhamento de pessoal em missões em áreas isoladas e com forma de confinamento.

Quando falamos sobre saúde mental na MB, considerações específicas são relacionadas em virtude do ambiente militar. Os militares enfrentam desafios únicos em suas carreiras, incluindo longos períodos de separação da família, ambientes de trabalho sob alta pressão, exposição a situações de risco e até mesmo a possibilidade de confrontos armados. Tudo isso pode ter um impacto significativo na higidez cognitiva desse grupo de servidores (Souza, Feitosa e Bezerra, 2021).

Para lidar com essas questões, a DGPM-501, Brasil (2020) estabelece que cabe à MB promover a saúde mental de seus membros com a implementação de programas de apoio, disponíveis tanto para os militares e familiares, com vistas a fornecer suporte emocional, ajudar na gestão do estresse e lidar com os desafios enfrentados pelos membros da Força Naval.

Também considera-se como órgão de apoio psicossocial, o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM). Supervisionado tecnicamente pela Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM) recebe orientação do Ordinariado Militar do Brasil (OMB), representante da Assistência Religiosa junto ao Ministério da Defesa (MD), e das outras religiões professadas na MB, destinando-se à prestação de assistência religiosa e espiritual aos militares, ativos e veteranos, aos seus dependentes e aos pensionistas, bem como presta apoio a demandas relacionadas às atribuições de educação moral materializada na MB conforme estabelece a DGPM-502 (Brasil, 2018a), compondo também o encargo de acompanhar os militares a serviço em missões operativas.

Em resumo, a MB reconhece a importância da qualidade de vida para a família naval² e tem demonstrado empenho em fornecer o apoio necessário para garantir seu bem-estar emocional e psicológico. Ao adotar uma abordagem integral e proativa, a Marinha busca garantir que seus membros estejam, minimamente, preparados para enfrentar os desafios de sua profissão e desfrutar de uma vida saudável e equilibrada dentro e fora do ambiente militar, contribuindo, assim, para o cumprimento da destinação constitucional da Força (Brasil, 2020).

Uma equipe multidisciplinar para dar suporte à saúde mental, composta por profissionais qualificados em Direito, Psicologia e Serviço Social, e reforçada com a atuação de um Capelão, é um processo que requer definição clara de papéis e responsabilidades, e um compromisso com a educação contínua, previsto no PEM 2040, conforme estabelece Brasil (2020), a fim de prover à Força a pessoa certa com a capacitação adequada, e também a busca pelo aperfeiçoamento dos processos. Esse modelo de atendimento permite uma ação por inteiro e completa, garantindo que os militares recebam o suporte necessário para manter seu vigor mental e qualidade de vida, que corroborará com o conceito de multidisciplinaridade ou interdisciplinaridade apresentado pelo Conselho Federal de Psicologia (2016), como segue:

[...] uma troca e cooperação entre diferentes saberes, superando o tecnicismo, o isolamento e a fragmentação do conhecimento. Na perspectiva interdisciplinar, o conhecimento se constrói com uma visão ampliada de uma rede de profissionais trabalhando de forma cooperativa e dialógica que convergem para resolubilidade de situações, seja no acolhimento, atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento (Conselho Federal de Psicologia, 2016, p.12).

4.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA MARINHA

Cabe ressaltar a historicidade da assistência social na Marinha, como centro de apoio à família naval, conforme segue.

A execução de ações de assistência social data de fins da década de 1940. Esse desenvolvimento, segundo Moreira, Souza e Santos (2019), foi influenciado não

² “Qualidade de Vida para a Família Naval” é o lema abordado pela Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM).

só por fatores endógenos à Marinha, mas, também pela conjuntura nacional, marcada tanto pela participação do País na Segunda Guerra Mundial quanto pela redefinição do papel do Estado no enfrentamento à questão social a partir de 1930.

É nesse contexto, mais precisamente no período de desmobilização da guerra, que ocorre em 1946, a criação da Diretoria do Pessoal da Armada (DPA) no âmbito da MB (Moreira, Souza e Santos, 2019). Dentro dessa Diretoria havia a Divisão de Conforto e Assistência, a qual era composta pelas Seções de Conforto e de Assistência Social. Os serviços, ações e benefícios ofertados destinavam-se ao atendimento de demandas diversas – socioeconômica, saúde e judiciária – e, impactando as condições de reprodução dessa parcela de força de trabalho, buscava interferir em sua produtividade, conforme apontam as autoras:

A principal competência da divisão de conforto e assistência, estabelecida legalmente, era conceber e executar medidas capazes de contribuir diretamente para o rendimento do pessoal no trabalho. Para isso, preconizava o desenvolvimento de atividades nas áreas de assistência médica, judiciária, dentária e hospitalar, aquisição e repasse para família de militares de gêneros alimentícios e de vestuário, auxílio na educação dos filhos de militares, dentre outras ações assistenciais (Moreira, Souza e Santos, 2019, p. 53).

No ano seguinte, 1947, é criado o Serviço de Assistência Social da Armada (SASA), incluído no organograma da DPA. Conforme disposto nas instruções provisórias para a organização do SASA, este tinha por finalidade proporcionar ao pessoal da Marinha e suas famílias bem-estar moral e material, por meio das assistências: sanitária (médica, cirúrgica, hospitalar, odontológica, farmacêutica, repouso e pré-natal); financeira (empréstimos simples, auxílio-natalidade, auxílio-funeral etc); econômica (fiança para aluguel de casa, alimentação, vestuário etc); educacional (educação doméstica, cultura e ensino, educação física etc); e moral (religiosa e judiciária) (Moreira, Souza e Santos, 2019).

Moreira, Souza e Santos (2019) especificam que, por volta de 1950, assiste-se a uma expansão da assistência social, buscando se adequar às finalidades e atender às necessidades materiais decorrentes dessa expansão para os Distritos Navais ocorre, em 1959, a mudança da denominação de Departamento de Assistência Social, antes pertencente à Diretoria do Pessoal da Marinha, para Serviço de Assistência Social da Marinha (SASM).

O aumento do número de profissionais da assistência social na MB ocorreria nas décadas seguintes, sobretudo, a partir do final dos anos 1960. Moreira, Souza e Santos (2019) apontam que ocorreu a criação, em 1968, da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM) – subordinada à DGPM, essa Diretoria Especializada (DE) teria a finalidade de planejar, dirigir, coordenar e controlar a assistência social ao pessoal da MB e seus dependentes, em todas as suas modalidades, exceto a assistência médica – e, em 1972, pela gestão dessa DE, ocorre a criação dos Núcleos de Assistência Social (NAS) em todos os Distritos Navais, sendo esses efetivamente implantados em 1975.

Dentro da assistência social da MB, no período, estavam previstas – conforme indica o Regulamento da DASM de 1970 – a assistência financeira, cultural, educacional, previdenciária, jurídica e recreativa, e é inserida nesse contexto a assistência espiritual, a ser prestada pelos NAS à família naval, ressaltando que esses órgãos tinham ações focadas principalmente na educação especial, auxílio financeiro para aquisição de uniformes, material escolar, gêneros alimentícios, medicamentos e material de construção, com as ações executadas por pessoal das áreas de Serviço Social e Direito (Moreira, Souza e Santos, 2019).

Ainda na década de 1970, a assistência social na MB passa por reformulações com a extinção da DASM em 1977, sendo esta substituída, desse ano até 1996, pelo SASM, subordinado à DGPM, tendo como referência o Regulamento à época, o SASM tinha por finalidade “[...] coordenar e executar as atividades de assistência social ao pessoal da Marinha, excluída a assistência médica”, sendo responsabilidade do SASM, dentre outras atribuições: planejar, orientar e coordenar a assistência social da MB, que incluía atividades de assistência social prestada, mantendo cooperação nessa área com as demais Forças Armadas; e promover programas e projetos visando a fortalecer o apoio ao pessoal da Força (Brasil, 1977).

Os programas de assistência social, desenvolvidos pelos NAS dos Distritos Navais, encontravam-se fortemente vinculados ao Serviço Social e já se referiam a algumas das demandas atendidas no contexto atual (Silva e Monteiro, 2022).

Essa expansão, a partir de 1994, segundo Silva e Monteiro (2022), foi intitulada como a “filosofia da Assistência Integrada”, tendo o seu surgimento com um trabalho experimental que, inicialmente desenvolvido na área do Comando em Chefe da Esquadra (ComemCh) em 1993, envolveu a prestação de assistência social, jurídica,

psicológica, religiosa e psiquiátrica pelo Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Esquadra (SAIPE).

Moreira, Harrison e Celestino (2022), ressaltam que foi demarcada uma fase de agregação de outras categorias profissionais na assistência social da MB, além de Serviço Social e Direito, sendo incorporada a Psicologia, compondo a partir de então, a equipe multidisciplinar, partindo do princípio de que qualquer causa que afete o indivíduo, embora possa se manifestar de forma singela e, aparentemente, exclusiva, na realidade tem reflexos sobre todos os aspectos que afetem a saúde mental, ficando as atividades de assistência religiosa à parte da equipe multidisciplinar.

O êxito do SAIPE, fica notório na decisão do Ministro da Marinha, segundo Moreira, Harrison e Celestino (2022), de expandir, no ano de 1994, a experiência para locais com grande concentração de pessoal, por meio da criação de Núcleos de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM), implicando, por consequência, na elevação de recursos financeiros destinados à assistência social e à ampliação dos números de programas que a compõe, tendo sido criados nas seguintes Organizações Militares (OM): ComemCh (reformulação do SAIPE), Comando da Divisão Anfíbia (ComDivAnf) e Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA).

No tocante à assistência psicológica, Moreira, Harrison e Celestino (2022) ressaltam que a Norma da MB que tratava sobre o assunto previa orientação, aconselhamento psicológico e encaminhamento dos casos que extrapolassem as possibilidades dos Órgãos de Execução do SAIPM para o Serviço de Saúde da Marinha (SSM), a fim de que fosse dada continuidade ao tratamento desses casos, bem como o desenvolvimento e participação em planos, programas e projetos de prevenção da dependência química.

A Assistência Integrada, com sua abordagem multidisciplinar e ampliação do escopo de serviços ofertados, modificou o cotidiano do fazer profissional, segundo Silva e Monteiro (2022) e, por consequência, a percepção dos profissionais sobre a própria prática, a cognição da família naval sobre a assistência social, bem como, colocou a MB em lugar de destaque em relação às demais Forças Armadas.

Segundo Brasil (2020), esse robusto sistema de gestão, presente em todo o território nacional, tem a execução de projetos sociais e ações inseridas em programas sociais, previstos nas Normas, dentre eles o PAEM, o qual será abordado

no capítulo seguinte desta pesquisa, com a questão das tripulações designadas para o POIT e suas necessidades psicossociais mais prementes.

As ações de assistência social, na MB, encontram-se alinhadas com os documentos estratégicos da Força, de forma que as ações empreendidas possam, efetivamente, ser utilizadas para contribuir com a manutenção e com o incremento do seu poder combatente, com foco na prevenção e no atendimento das demandas socioassistenciais que possam se constituir em ameaças ao pronto emprego dos recursos humanos da instituição no desempenho de suas tarefas.³

4.2 A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NA MARINHA

A assistência religiosa possui uma importância considerável no cuidado da saúde mental, sendo um fator de agregação para o contingente destacado e de suporte para diversas demandas psíquicas.

Percebe-se, inicialmente, que a assistência religiosa tem caminhado à parte, em suas atividades de buscar o fortalecimento psicossocial, não integrando um contexto único junto ao atendimento socioassistencial, composto por profissionais das áreas de serviço social, direito e psicologia. Supõe-se que com uma integração mais abrangente haveria a possibilidade de uma rede de apoio mais completa, culminando com o fortalecimento e acompanhamento mais eficaz no que diz respeito à saúde mental dos militares designados para missões, considerando para esse viés o POIT.

A MB considera que a universalidade do fenômeno religioso se faz evidente, na medida em que seus sinais marcaram a totalidade das culturas humanas do passado e do presente, independentemente, dos seus respectivos níveis de desenvolvimento socioeconômico. As marcas da vitalidade religiosa são percebidas, nessas culturas, não apenas, no campo que lhe é específico, mas também, nos da história, da política, da filosofia e da arte. Essa realidade faz com que haja, entre os pesquisadores da ciência religiosa, a constatação de que, entre as sociedades humanas, embora existam aquelas que não possuem ciências, ou arte ou filosofia, jamais existiu uma sociedade sem religião, vindo a contribuir com a harmonia de todos os setores da vida pessoal, familiar e profissional (Brasil, 2018a).

³ Publicado no BONO Geral nº 696, de 07/08/2024, matéria da DASM.

Desse modo, o atento cultivo da vida religiosa, com a qual, os voluntários, oriundos das mais diferentes camadas socioculturais, adicionam à família naval, contribui, não apenas para a inserção de maior qualidade de vida no contexto familiar, mas também nas OM, colaborando para tornar mais eficiente o processo de conscientização dos valores da ética militar naval, imprescindíveis para o pronto cumprimento de missões com caráter temporário na MB (Brasil, 2018a), como é o caso do POIT, com possibilidades de promover um senso de união e camaradagem entre os militares, fortalecendo o espírito de corpo e o moral das tripulações, com reflexo na estabilidade da saúde mental.

Atualmente, conforme estabelece a DGPM-502 (Brasil, 2018a), os Capelães Navais, são constituídos entre sacerdotes, padres ou pastores, pertencentes a qualquer denominação desta linha religiosa e que não atente contra a disciplina, a moral, os bons costumes e as leis em vigor.

Assim como na seção anterior, tratou-se da historicidade da assistência social, nesta seção será descrita a relativa à assistência religiosa para reforçar o propósito psicossocial com vistas ao apoio aos contingentes da Marinha envolvidos em missões com aspecto de isolamento/confinamento.

Lima (2014) descreve que durante o governo imperial no Brasil, o serviço de assistência religiosa começou a ser normatizado por decretos e leis promulgados pelos governantes. Entretanto, já no decorrer do período da República, o serviço religioso foi desativado, retornando suas atividades, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com o envio, pelo Brasil, da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o campo de operações de guerra ocidental, em território italiano.

O OMB aponta que o capelão militar é um sacerdote religioso encarregado da assistência religiosa a alguma Força Armada ou Auxiliar, desenvolvendo atividades de assistência ao pessoal destas instituições nos diversos momentos da vida, tendo a ação de capelania relevância reconhecida no meio militar, vindo a colaborar na formação moral, ética e social dos integrantes das OM, bem como contribui para o fortalecimento do bem-estar mental das tripulações em missões (Brasil, 2024).

Trota (2020) traz à tona a inserção do apoio religioso na Força Naval e sua ligação com o início da capelania na MB, descrevendo que o capelão naval surge do catolicismo tradicional com a inclusão do sacerdote nos navios espanhóis e portugueses, porém tal encargo não fica restrito à igreja católica, sendo também acompanhado por nações protestantes. Esse autor registra que o desenvolvimento de

capelarias navais protestantes se deu após o movimento religioso conhecido como Reforma Protestante, nos navios ingleses, holandeses e de outros países que aderiram ao movimento em questão, porém, nos navios portugueses que navegavam pelo litoral brasileiro e influenciaram a MB a tradição católica era dominante.

Trota ressalta:

[...] Um exemplo comprobatório dessa argumentação é o caso do Rev.⁴ Ashbel Green Simonton, que fora enviado ao Brasil em missões pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, desembarcando no Rio em 1859. Aos 26 anos de idade e cheio de entusiasmo, encontrou dificuldade de se comunicar pela falta de conhecimento da língua portuguesa. Destarte, no início, trabalhou como ‘uma espécie de capelão entre os anglo-saxões da capital, pregando a bordo dos navios ou nas cidades sempre em inglês, e casando ou enterrando seus compatriotas’ (Trota, 2020, p. 44).

Trota (2020) trabalha a ideia de que os sacerdotes, católicos e protestantes, foram ingressando no contexto naval e logo foi percebido que o capelão deveria focar não somente no homem além-mar, mas também naquele que cruza o mar, e afirma que:

Dentro deste contexto histórico, os clérigos são enviados aos navios dando início ao contato do ‘homem de Deus’ com os ‘homens do mar’. [...] Deste modo, foi-se estabelecendo uma cultura de religiosidade a bordo das embarcações, com missas, observações e festas religiosas. A função se tornou tão importante que passou a ser amparada por legislações que garantiam sua continuidade. O serviço religioso a bordo se adequou à realidade marinheira, originando formas de devoção únicas e personalizadas (Trota, 2020, p. 46).

Atualmente, na MB, a “capelania embarcada” – expressão que se refere ao apoio religioso desenvolvido nos navios da Esquadra comissionados para uma missão específica – apoia com assistência religiosa e espiritual aos tripulantes dos navios em comissão para instrução de Guardas-Marinha, missões dos navios oceanográficos para apoiar a EACF, as missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e outros navios em operações que solicitarem o suporte da capelania naval, bem como contribui para a preservação da saúde mental, como forma de buscar recursos e prover solução de ordem pessoal aos militares que estejam em missão operativa com em caráter de isolamento ou confinamento (Brasil, 2018a).

⁴ Rev. - Abreviação de Reverendo, título que aponta para um pastor protestante.

Trota (2020), ressalta que a capelania embarcada se diferencia das demais ações de capelanias, sendo constituída para atuar por um período previamente definido, isto é, durante uma missão específica a bordo de um navio. Descreve, ainda, que a atuação do capelão embarcado se reveste de muita relevância, pois além de servir como instrumento de ligação à Assistência Integrada na MB, também se desdobra com auxílio espiritual e religioso ao militar que se encontra distante do ambiente familiar e isolado ou confinado e diariamente convivendo com as mesmas pessoas por muito tempo.

Conforme estabelecido pela DGPM-502 (Brasil, 2018a), a capelania naval é o espaço onde a assistência religiosa é exercida na sua plenitude aos militares da Força, oferecendo suporte e aconselhamento, ajudando a manter a estabilidade familiar. Ainda ressalta que as atividades religiosas e espirituais, desenvolvidas na capelania, levam em conta a diversidade religiosa, fé e experiências pessoais e realizam-se de maneira que o indivíduo seja apoiado em sua totalidade, com foco no desenvolvimento e no estímulo da determinação, da coragem, do equilíbrio emocional, da liderança e do espírito de corpo, fatores necessários para a condução satisfatória da atividade militar em missões com características de isolamento e confinamento.

É natural que, durante o período de missões com guarnições isoladas ou confinadas, apareçam problemas que interfiram no bem-estar mental, tais como ansiedade, vazio espiritual, discórdias, insatisfação, saudade, preocupação com familiares, casos de morte de parentes, problemas de ordem financeira, descobertas de doenças e tantas outras situações. Nesses momentos, o apoio da capelania é primordial, sempre acompanhado de uma palavra de ânimo, gerando um fortalecimento emocional por parte dos militares em missão, que vai influenciar nos resultados das atividades profissionais que venham a ser executadas e no cumprimento do propósito destinado ao POIT.

Essa equipe multidisciplinar composta de advogados, assistentes sociais, capelães e psicólogos, permite que o acompanhamento psicossocial se torne mais eficiente e eficaz, trazendo inúmeros benefícios ao cumprimento de missões em emprego real.

Desta forma, ressalta-se a importância da higidez cognitiva, que sendo uma área complexa se beneficia de uma abordagem interdisciplinar. Isso ocorre porque os desafios relacionados ao bem-estar psicossocial são amplos e podem ser influenciados por fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Uma equipe

interdisciplinar pode abordar esses aspectos de maneira integral, promovendo um cuidado com caráter holístico, com vistas a criar um ambiente de prevenção inclusiva e completa, no qual todos os aspectos são considerados, resultando em melhores aspectos de saúde mental e posteriores resultados do que é produzido pelos militares em condições adversas por estarem em missão em áreas afastadas.

5 O APOIO PSICOSSOCIAL À MISSÃO DO POSTO OCEANOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE (POIT)

De acordo com Lima, Marins e Pacheco, o universo das missões operativas na MB é composto, por sua natureza, por fatores como isolamento ou confinamento, trabalhos em turnos, distanciamento dos grupos sociais e do âmbito familiar por período demasiado, afastamento geográfico, ora em regiões de conflito, ora em locais cujo clima é adverso e tantas outras exigências profissionais exigidas aos militares em missões, fazendo o POIT parte desse contexto, no qual inúmeras dificuldades surgem para aqueles que se encontram no cumprimento de missões, principalmente em áreas isoladas. Ressaltam as autoras que essas questões características desse tipo de atividade são trabalhadas de forma preventiva com militares ou servidores civis e seus familiares, sob perspectiva técnica dos profissionais com habilitação na área psicossocial, com o intuito de minimizar as incidências de situações sociais, psicológicas, jurídicas e, também religiosas, entendendo que essas situações interferem profundamente na vida do pessoal designado para eventuais missões como também na de seu círculo familiar.

Diante dessa realidade, a DGPM-501 (Brasil, 2020) prevê o PAEM que, por meio de ações socioeducativas e assistenciais, objetiva mitigar as dificuldades durante o período de afastamento em missão, bem como fornece informação e amparo para que o militar ou servidor civil e seus familiares tenham a disponibilidade de serviços de apoios, identifiquem os estímulos que podem deteriorar a saúde mental, e reflitam sobre ações de enfrentamento das dificuldades, que são planejadas em três etapas: a preparação, o apoio e a desmobilização (Lima, Marins e Pacheco, 2022).

Abordando a execução do trabalho de preparação, ela tem início no período que antecede a missão. Nessa fase, a abordagem ocorre com a reunião dos designados e familiares mais próximos para o proceder de entrevistas de orientação psicossocial, com o propósito de fornecer elementos para uma reflexão sobre as

questões inerentes ao afastamento do militar ou servidor civil de seu ambiente social por um determinado período. Busca-se também prevenir complicações, bem como verificar a existência de rede de apoio familiar para demandas futuras àqueles que ficarão à distância (Lima, Marins e Pacheco, 2022).

Na ocasião, os familiares também são orientados sobre os projetos realizados pelo NAS, assim como a possibilidade de atendimento em serviço social, psicologia e orientação jurídica, sobretudo no tempo de afastamento do pessoal designado, e ocorre a divulgação dos pontos de contato (POC) para o apoio de serviços como capelania, setores do âmbito da saúde, serviço de apoio funerário, com abordagem também de temas como: qualidade de vida no trabalho, manejo do estresse, motivação, trabalho em equipe, redes sociais de apoio, direitos e deveres dos militares, vulnerabilidades psicoemocionais, além de aspectos relacionados à cultura, história e geografia dos locais de missão.⁵

A DGPM-501 (Brasil, 2020), estabelece um instrumento muito relevante para o apoio socioassistencial, sendo ele o NAS itinerante, que compreende a atuação *in loco* nas missões, com uma equipe adequada às suas demandas, apoiando missões operativas, contingentes em operações de paz e outras situações. Prevê, ainda, a atuação quanto aos aspectos sociais, psicológicos e jurídicos que possam impactar de forma negativa na ação do militar em missão, podendo ser utilizadas diferentes práticas para a intervenção, com foco no relacionamento interpessoal, no trabalho em equipe, no gerenciamento de estresse, entre outros pontos vistos como importantes para o cumprimento das necessidades do POIT.

Durante o período de afastamento existe a previsão do trabalho de apoio à família que pode ser realizado através de ações que vão desde o contato telefônico até a realização de atividades periódicas em grupos para reforço de vínculos entre os parentes. A DGPM-501 prevê que em casos que exijam este suporte ocorram atendimentos individuais e acompanhamentos direcionados com disponibilidade de toda a rede assistencial ofertada pelo NAS. Para realizar o NAS itinerante, efetua-se o auxílio de uma equipe socioassistencial no local da missão por um período estimado de uma semana, com o propósito de realizar ação preventiva, por meio de palestras

⁵ Publicado no BONO Geral, nº 696, de 07/08/2024, matéria da DASM.

socioeducativas e dinâmicas grupais, além do atendimento nas áreas de Serviço Social e Psicologia e o apoio de ações na área do Direito (Brasil, 2020).

Quando ocorre o retorno ao seu local de origem, por ocasião do término da missão, sucede-se a desmobilização, com a avaliação das ações realizadas no momento inicial, bem como do resultado da experiência ocorrida na missão tanto do elemento designado quanto para seus familiares (Brasil, 2020).

Assim, o PAEM almeja que, ao final da missão, ocorra a escuta das experiências vivenciadas no período, bem como procura-se em oferecer apoio nesse novo momento de transição e retorno do militar ao âmbito familiar.⁶

Retornando, nesse ponto, com informação da OMS (2022), em termos globais, cerca de uma em cada oito pessoas no mundo apresenta um transtorno mental, que varia com o sexo e a idade, sendo os depressivos os mais comuns e esse aspecto atinge qualquer área profissional, tornando-se uma ameaça para as atividades essencialmente com escopo militar e de segurança e pondo em risco pequenos grupos como os das missões militares, tomando por exemplo a tripulação do POIT.

Discorrendo um pouco sobre o POIT, conforme registra Oliveira (2022), trata-se de uma Ilha guarnecida permanentemente pela MB, distante cerca de 1.140 km de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, localizada aproximadamente na mesma latitude dessa cidade, com uma tripulação flutuante em torno de 35 militares e alguns pesquisadores civis, estes coordenados pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que é assessorada pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), por meio do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE).

De origem vulcânica e dimensões reduzidas, comparada ao seu valor estratégico e econômico, a Ilha está próxima das principais bacias petrolíferas, que assumiram maior visibilidade a partir da exploração do Pré-sal, de acordo com Brasil (s.d.). Além do arquipélago de Martim Vaz, situado a 48 km a leste, a terra mais próxima é a Ilha de Ascensão, pertencente à Inglaterra, que fica situada a 2.167 km a nordeste (Brasil, 2017).

Constitui-se num posto avançado, de importância para a soberania nacional no que se refere à aplicação do Poder Naval, particularmente como base às forças navais

⁶ Publicado no BONO Geral, nº 700, de 13/08/2024, matéria da DASM.

que atuam no Atlântico Sul, em defesa às linhas de transmissão marítimas em espaços jurisdicionais brasileiros (Brasil, 2017).

Em 1822, com a Proclamação da Independência, Trindade foi incorporada ao território nacional, ocorrendo 3 anos depois, uma ocupação inglesa com a premissa de instalação de uma estação de cabo submarino ligando Inglaterra e Argentina. Logo após ocorreu, com o apoio português, gestões diplomáticas junto à Inglaterra para retomar o direito sobre o território insular, o que aconteceu em 1897. Este fato ficou registrado na Ilha, com a demarcação de um obelisco chamado de “marco da soberania”, sendo afixado nele a inscrição: “O direito vence a força” (Brasil, (s.d.)).

Em 1916, a Ilha foi ocupada por brasileiros, na Primeira Guerra Mundial, com o propósito de impedir o seu uso por navios adversários. Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, foi novamente guarnecida, para impedir que os submarinos inimigos a utilizassem como base (Brasil, (s.d.)).

No ano de 1950, uma expedição científica foi enviada para organizar a ocupação permanente de Trindade, culminando com a criação do Posto Oceanográfico em 1957, quando foi garantida, pela MB, a posse definitiva para o Brasil, com a ocupação permanente da Ilha (Brasil, (s.d.)).

Brasil, (s.d.), apresenta que as atividades científicas tiveram início a partir de 1957, quando, por ocasião do Ano Geofísico Internacional, a MB começou a operar o Posto Oceanográfico e sua continuidade somente tem se solidificado, com o constante apoio da Marinha, que é a responsável por garantir a presença do Estado brasileiro naquela distante parte do nosso território e do mar que o circunda, bem como pela presença de uma guarnição militar de presença contínua no Posto (Brasil, (s.d.)).

Com essa conquista, o Brasil alcançou o direito, confirmado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), do estabelecimento ao redor da Ilha da Trindade, do Mar Territorial, da Zona Contígua, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental (Brasil, s.d.)).

Os estudos científicos permitem identificar o potencial de exploração e utilização de um bem público. Ademais, novas pesquisas contribuem para conservação do meio ambiente. No caso específico da Ilha da Trindade, o incrementar da ciência tornou-se uma ação prioritária, conjunta, da Marinha e das entidades de pesquisa e universidades (Brasil, (s.d.)).

Com essa demanda atribuída ao POIT, delineia-se a preocupação com o desenvolvimento das Forças Armadas com a defesa do território nacional, estando

contemplada nos mais altos níveis estratégicos, tais como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) – Brasil (2024), que fixam as ações para o estabelecimento de atividades que tenham como objeto incrementar o valor da profissão militar, estimulando o desenvolvimento da força de trabalho para contribuir com os esforços relacionados a essa defesa territorial (Brasil, 2024).

Por se tratar de um lugar isolado, algumas situações são observadas no tocante ao preparo e acompanhamento do pessoal designado para as tripulações da Ilha, as quais demandam um olhar mais atento para a gestão de riscos no que diz respeito aos recursos humanos envolvidos.

Segundo Dams (2023), a rotina nesses contextos pode envolver a exposição a ameaças que afetam a vida dessas pessoas, impactando no cumprimento a contento da missão. Segundo essa autora, as exigências da carreira demandam adaptação e recursos relacionados à saúde mental dos militares, causando afastamento do trabalho, sofrimento, declínio no desempenho das atividades laborais e prejuízos nos relacionamentos interpessoais e na qualidade de vida desses sujeitos.

Mesmo sendo uma missão em caráter de voluntariado, alguns militares são enviados a cumprir um destaque, assim chamado o tempo provisório de serviço prestado no Posto, com algumas demandas sociopsicológicas que, compreende-se, podem levar a dificuldades no cumprimento da missão, em virtude de afastamento em tempo demasiado e considerando a questão de isolamento e confinamento a que são submetidas as tripulações.

Por meio de aplicação de um questionário, cujo formulário encontra-se como apêndice a este trabalho, abordando oficiais e praças, e entrevista com alguns militares (oficiais) que exerceram as funções de chefe, ajudante e médico do POIT, foram levantadas informações referentes às necessidades psicossociais e dificuldades encontradas no período de permanência na Ilha, com vistas a conhecer e registrar as percepções e vivências únicas dos que cumpriram um tempo de serviço no Posto Oceanográfico.

O questionário trata de perguntas diretas às quais serão compilados os dados selecionados e de interesse desta monografia, e que são apresentados a seguir:

a) consideradas sete perguntas e responderam um total de 72 militares que estiveram no POIT entre 2017 e 2024, constituindo dezessete oficiais (65,3%), 47 suboficiais/sargentos (23,6%) e oito cabos (11,1%). Destes, permaneceram na Ilha

por dois meses, 22 dos respondentes (30,6%) e, por quatro meses, cinquenta militares (69,4%);

b) houve relatos de que, em algum momento, ocorreu a necessidade de apoio de advogado, assistente social, capelão ou psicólogo;

c) das necessidades surgidas nem todas as demandas foram atendidas por profissionais com formação nas áreas de Direito, Capelania, Serviço Social ou Psicologia. Em alguns momentos foram atendidos por pessoas com conhecimento prático nas qualificações mencionadas⁷;

d) foram abordados aspectos que se tornaram necessários como suporte por falecimento de familiar; questão financeira; saúde debilitada de familiar; processo de separação litigiosa; processo de pensão alimentícia; necessidade de apoio socioeconômico; crise pessoal com necessidade de um capelão para conforto e orientação; apoio de um advogado por conta de uma questão com uma instituição bancária; e problema familiar com filho;

e) analisando os registros dos respondentes verificou-se os seguintes comentários, considerando-os pontos relevantes para acompanhamento e fortalecimento da saúde mental do pessoal do POIT: acesso à internet de qualidade, possibilitando a disponibilização de atendimento tipo telemedicina; um momento de suporte individual, por internet, principalmente nos dois últimos meses, quando a ansiedade pelo regresso aumenta; a designação de um ou dois militares da tripulação do POIT, qualificados como Elemento de Ligação com o SASM, para facilitar a orientação remota do pessoal do destacamento; ainda, a ampliação da divulgação dos serviços e procedimentos de suporte psicossocial, desmistificando que a ida ao NAS configura como sinônimo de pessoa problemática; mais pesquisas presenciais, pelos técnicos da Assistência Social, a fim de incrementar a observação para compreender a realidade e dinâmica dos usuários; aumento na frequência de visitas à Ilha, pelos profissionais socioassistenciais com periodicidade a cada dois meses, estabelecendo a atuação do NAS itinerante de forma constante; e

f) possibilidade de alternância, entre os oficiais que eventualmente embarcam para apoio à tripulação na Ilha, com disponibilização de um capelão na equipe.

Como já especificado, as entrevistas foram realizadas com oficiais que exerceram as funções de chefe, ajudante ou médico e seguem alguns relatos, na

⁷ O caso de um religioso sem formação acadêmica (Teologia) que prestou o apoio espiritual.

questão de algumas ocorrências consideradas para a área de atuação dos profissionais em lide, relacionados à Assistência Integrada:

a) um oficial que exerceu as funções de ajudante em 2014 e chefe em janeiro de 2018, relatou a dificuldade e a angústia em testemunhar duas mortes (2014 e 2018)⁸. O mesmo militar relatou que sentiu a necessidade de um psicólogo para atuar junto àqueles que vivenciaram o fato, bem como para apoiá-lo também;

b) outro oficial, que presenciou o óbito ocorrido em 2018, sentiu-se extremamente despreparado para atuar junto aos militares e pesquisadores que permaneceram na Ilha após o corpo do militar falecido ter sido transportado pelo Navio-Patrolha Oceânico Apa⁹, da MB, para o Rio de Janeiro, relatando o quanto foi difícil trabalhar o fator motivacional e psicológico junto aos que continuaram na Ilha;

c) houve por parte de outro oficial, que atuou como ajudante, em outro período, o relato de que teve que acompanhar um caso de divórcio judicial. O oficial relatou possuir formação em Teologia, atuando como Pastor Evangélico, o que permitiu que ele conseguisse acompanhar e monitorar o contexto psicológico daquele militar em questão, mas sem muita gerência no tocante à conjuntura documental da provável judicialização, o que vinha a desestabilizar o militar envolvido no processo;

d) ainda, outro militar, que atuou como chefe, relatou que um Sargento teve um surto, indicando que estava prestes a cometer suicídio, deixando uma pista – uma camisa acompanhada de um bilhete para um amigo que estava também na Ilha, como última lembrança –, e desaparecendo por algumas horas até ser encontrado, em uma das praias, completamente transtornado. Conseguiu-se, por meio de apoio religioso e intervenção do chefe (formado em Teologia), controlar a situação e mantê-lo sob observação do médico que se encontrava na missão, ocorrendo a estabilização emocional do militar;

e) um Capitão de Corveta, que exerceu a chefia do POIT, relatou a experiência da dificuldade de um Cabo cujo filho era motorista de aplicativo e teve o carro roubado, estando os criminosos armados no momento do crime. O filho não conseguia resolver a situação, tendo recebido a informação de que o veículo se encontrava em uma comunidade do Rio de Janeiro, e com isso, pedia a ajuda do pai na Ilha, sem que este

⁸ Estas foram as últimas ocorrências de óbitos registradas no POIT, segundo os entrevistados.

⁹ O NaPaOc Apa (P-121) é da classe Amazonas e está subordinado ao Comando do Primeiro Distrito Naval.

tivesse conhecimento de como conduzir a questão, o que o deixava sem capacidade de se concentrar em suas atividades;

f) foi relatado por outro oficial que atuou como chefe o falecimento da mãe de um dos militares, cujo apoio foi prestado de forma excelente, pela ação de uma oficial, Assistente Social, que estava embarcada para a comissão e encontrava-se na Ilha, fazendo parte do NAS itinerante; e

g) percebeu-se a falta de integração entre o apoio socioassistencial e o religioso, pois com a interação das duas áreas haveria a possibilidade de um amparo psicossocial mais consistente.

Tendo como subsídios os fatos acima, ressalta-se a participação de uma oficial do SASM, que permaneceu de forma pioneira na Ilha por dois meses: a Primeiro-Tenente Lucélia Ambrózio¹⁰ foi destacada para o POIT, de outubro a dezembro de 2017, fazendo parte do V Destacamento, como parte de uma experiência precursora para a assistência social da MB. A meta da permanência da oficial na Ilha foi realizar uma pesquisa social sobre a vivência rotineira dos militares e os efeitos do afastamento para eles e seus familiares (Brasil, 2018).

Registra-se que a oficial testemunhou que passar todo aquele tempo no POIT foi muito importante para levantar informações, a fim de aperfeiçoar o Programa de Missões, conhecendo e avaliando a vivência dos militares. Além disso, foram coletados dados sobre a possibilidade do destaque de mulheres na missão e a viabilidade da implementação do projeto NAS Itinerante (Brasil, 2018)¹¹.

Com as ações, a assistência social da MB verificou as ocorrências da atividade *in loco*, atuando por meio de mediação e orientação. Surgiram novas metodologias nas relações e no convívio com o contingente, permitindo a reflexão sobre os relacionamentos e condições de serviço em ambientes de isolamento e, também, trouxe um novo viés sobre essas questões relacionadas ao cumprimento da missão e manutenção da saúde mental dos militares. O Programa de Atendimento Interdisciplinar em Missões Especiais, como outrora era chamado, teve a finalidade de mitigar as influências de situações sociais, psicológicas e jurídicas adversas, oriundas da necessidade de afastamento de pessoal, em serviço ativo, para

¹⁰ A Primeiro-Tenente Lucélia Ambrózio foi Oficial RM2 (Temporária, do Corpo Auxiliar da Marinha, habilitada em Serviço Social).

¹¹ O Programa entrou em operação, mas de forma esporádica em relação ao POIT.

desempenhar atividades profissionais, em caráter especificamente militar, em tarefas especiais (Brasil, 2018).

Relata-se que um dos oficiais que esteve em comissão na Ilha, como ajudante, por ocasião da permanência da Tenente Lucélia, por dois meses, presenciou o quão foi impactante a atuação da citada militar, cuja habilitação era Serviço Social, nas questões que demandaram apoio psicossocial aos componentes do contingente.

O resultado alcançado pelo trabalho da Tenente Lucélia repercutiu na designação da primeira mulher a ser designada Chefe do Posto Oceanográfico, de acordo com Farias (2023), bem como a participação de praças do sexo feminino nas tripulações do POIT.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os ambientes sociais a saúde mental tem o seu lugar de relevância, inclusive na Marinha do Brasil, em virtude de ser um fator estratégico, no que diz respeito à gestão de recursos humanos, um dos principais patrimônios de uma organização.

Ao abordar o contexto de isolamento e/ou confinamento, que é demandado aos militares que servem no POIT, é perceptível a atenção que a Força tem dedicado à questão psicossocial destes e de seus familiares. Continuamente a MB publica notas em BONO de caráter geral, divulgando à família naval a importância do PAEM, principalmente no que diz respeito ao auxílio aos familiares durante a ausência do militar em missão. O apoio psicossocial oferecido é um verdadeiro porto seguro para as pessoas envolvidas, considerando que a Ilha da Trindade é um dos locais mais isolados onde a Marinha mantém presença, e os militares destacados para lá convivem tanto com o isolamento geográfico quanto com a distância prolongada, a limitação de recursos e serviços de apoio.

A fim de destacar a importância do propósito de fortalecer a melhoria dos serviços de apoio assistencial aos militares em missão no POIT, extensivo aos seus familiares, foram abordados aspectos operacionais pertinentes às assistências social e religiosa, consideradas como ferramentas relevantes para a saúde mental e proficiência laborativa do pessoal que serve em condições inóspitas.

O presente trabalho buscou conhecer os aspectos existentes no acompanhamento e apoio psicossocial aos militares do POIT e levantar as possíveis

consequências provocadas pelo isolamento, como baixa moral, redução da eficiência operacional, aumento de conflitos interpessoais e, em casos extremos, o surgimento de crises psicológicas exacerbadas como o suicídio, por exemplo.

Comprovou-se que, a ausência de um suporte adequado compromete não apenas o bem-estar individual, mas também a coesão da equipe e a segurança da missão, podendo levar a dificuldades emocionais e psicológicas, como ansiedade, depressão e elevado estresse. A falta de contato regular com profissionais especialistas em cuidados da saúde mental pode agravar esses problemas, dificultando o tratamento adequado.

Conclui-se que a resposta para a questão levantada: como a Marinha do Brasil pode aperfeiçoar o acompanhamento psicossocial dos militares destacados para o POIT? Abordando como subsídios para esta conclusão os aspectos mencionados pelos militares (oficiais e praças) que vivenciaram experiências no Posto Oceanográfico, constata-se que além das ações de preparação, acompanhamento à distância e desmobilização das equipes, já executadas pelo PAEM, torna-se fundamental o acompanhamento *in loco*, por profissional qualificado, sendo um assistente social, ou psicólogo, ou capelão, com aproveitamento dos navios da MB que se movimentam para as mais diversas atividades na Ilha.

A presença efetiva desses profissionais permite o acompanhamento contínuo aos militares em situação de isolamento, diferentemente de quando ocorrem esporadicamente e à distância, ocasionando hiatos na assistência psicossocial que podem gerar óbices ao bom cumprimento da missão, em decorrência de alguma desordem mental.

Outro ponto que este trabalho vem expor, como via de acompanhamento e fortalecimento do psicossocial dos militares em missões no POIT, é a integração dos serviços socioassistencial e religioso, permitindo um atendimento holístico a essas tripulações, utilizando-as para fortalecer a saúde mental do nosso pessoal e assim, aumentar o seu poder combatente, possibilitando o bom andamento e cumprimento satisfatório da tarefa confiada ao grupo que guarnece a Ilha.

Por fim, busca-se contribuir e incentivar que futuras pesquisas surjam, levantando novas metodologias de acompanhamento e intervenções preventivas, presenciais ou não, que possam ser aplicadas em cenários de isolamento, visando à construção de um modelo cada vez mais eficaz e humanizado de apoio psicossocial para os militares em missão no POIT, e em outros lugares isolados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B.; PUENTE-PALÁCIOS, K. **Grupos e Equipes de Trabalho nas Organizações**. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; e BASTOS, A. V. B. (org.). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Marinha do Brasil. **DGPM-501: Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil**. 7ª Revisão. Rio de Janeiro: Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. **DGPM-502: Normas sobre a Assistência Religiosa na Marinha**. 4ª Revisão. Rio de Janeiro: Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, 2018a.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Pioneirismo Social no Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade**. Revista Âncora Social, ano 11, número 11, dezembro de 2018. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha. Quality Gráfica Editora, 2018.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Protrindade: Programa de pesquisas científicas na Ilha da Trindade. 10 anos de pesquisas**. Brasília, DF: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, 2017.

BRASIL. **Marinha do Brasil. Protrindade: Programa de pesquisas científicas na Ilha da Trindade**. Brasília, DF: (s.d.). Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/protrindade>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 20. ago 2024.

BRASIL. Ministério da Marinha. Decreto nº 79.555, de 19 de abril de 1977. **Cria o Serviço de Assistência Social da Marinha, extingue a Diretoria de Assistência Social da Marinha, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79555-19-abril-1977-428569-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Ordinariado Militar do Brasil**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://arquiocese militar.org.br/historia>. Acesso em: 20 mai.2024.

CODO, W.; SORATTO, L.; VASQUES-MENEZES, I. **Saúde Mental no Trabalho**. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (org.). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica com Parâmetros para atuação das(os) Profissionais de Psicologia no Âmbito do Sistema Único de**

Assistência Social (SUAS). CONPAS: [s.l.]: 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-t%C3%A9cnica-com-par%C3%A2metros-para-atu%C3%A7%C3%A3o-as-os-profissionais-de-psicologia-no-%C3%A2mbito-do-Sistema-%C3%9Anico-de-Assist%C3%A2ncia-Social-SUAS.pdf>. Acessado em: 20 mai. 2024.

DAMS, A. V. **A saúde mental pode contribuir para a aplicação do Poder Naval? Uma revisão integrativa de estudos publicados no âmbito das Forças Armadas brasileiras.** Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v. 143, n° 01/03 jan/mar-2023. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2023.

FARIAS, R. S. **Pioneiras: militares que marcaram a história da mulher na Marinha do Brasil.** Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha (org). Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2023.

GONDIM, S. M. G.; SILVA. **Motivação no trabalho.** ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (org.). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIMA, R. de C. **Capelães nas Trincheiras.** 1ª edição. Rio de Janeiro: editora Multifoco, 2014.

LIMA, M. A. V.; MARINS, J. M. F.; PACHECO, D. R. C. **Atuação da Assistência Social no Apoio a Missões.** In: BORGES, M. E. A. R. (org). Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: SDM, 2022.

MOREIRA, N. X.; HARRISON, M. B. B.; e CELESTINO, S. **Notas sobre a trajetória da Assistência Social na Marinha do Brasil.** In: BORGES, M. E. A. R. (org) Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: SDM, 2022.

MOREIRA, N. X.; SOUZA, N. N.; SANTOS, A. N. L. **Assistência Social na Marinha do Brasil: trajetória da proteção social à família naval.** In: CELESTINO, S. (org.). Políticas Públicas e Forças Militares. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

OLIVEIRA, F. R. **Utilização das Ilhas de Trindade e Martim Vaz como ponto avançado de vigilância, segurança e Defesa Nacional.** Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, v. 142, n° 10/12 out/dez-2022. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2022.

OMS. **Relatório mundial de saúde mental: transformando a saúde mental para todos.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/>. Acessado em: 09 set. 2024.

PUENTE-PALÁCIOS, K. **Equipes de Trabalho**. SIQUEIRA, M. M. M. (org.). Medidas do comportamento organizacional. Ferramentas de Diagnóstico de Gestão. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2008.

SILVA, R. M. F.; E MONTEIRO, M. C. S. **Inserção e atuação das profissões de Serviço Social, Direito e Psicologia na Assistência Social da Marinha do Brasil**. BORGES, M. E. A. R. (org) Assistência Social da Marinha do Brasil – Trajetórias e Desafios. Rio de Janeiro: SDM, 2004.

SILVA, R. R. *et al.* **Efeitos do isolamento social na pandemia da covid-19 na saúde mental da população**. [s.l.]: 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002021000400031#B42. Acessado em: 04 jul. 2024.

SIQUEIRA, M. M. M. **Envolvimento com o trabalho**. SIQUEIRA, M. M. M. (org.). Medidas do comportamento organizacional. Ferramentas de Diagnóstico de Gestão. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2008a.

SIQUEIRA, M. M. M.; e GOMIDE JÚNIOR, S. **Suporte no trabalho**. SIQUEIRA, M. M. M. (org.). Medidas do comportamento organizacional. Ferramentas de Diagnóstico de Gestão. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2008.

SIQUEIRA, M. M. M.; e GOMIDE JÚNIOR, S. **Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização**. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (org.). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SIQUEIRA, M. M. M.; MARTINS, M. C. F.; ORENGO, V.; SOUZA, W. S. **Engajamento no Trabalho**, M. M. M. (org.). Novas medidas do comportamento organizacional. Ferramentas de Diagnóstico de Gestão. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2014.

SIQUEIRA, M. M. M.; MARTINS, M. C. F.; ZANELLI, J. C.; e OLIVEIRA, E. L. **Espiritualidade no Trabalho**. SIQUEIRA, M. M. M. (org.). Novas medidas do comportamento organizacional. Ferramentas de Diagnóstico de Gestão. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2014.

TROTA, I. T. **Raízes históricas e atual missão do capelão naval: um estudo teológico-pastoral em perspectiva protestante**. Orientador: Abimar Oliveira de Moraes. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica – PUC. Rio de Janeiro, 2020.

APÊNDICE I**QUESTIONÁRIO PSICOSSOCIAL APLICADO AOS MILITARES QUE
GUARNECERAM O POSTO OCEANOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE**

1 – Qual o seu nome?

2 – Qual o seu círculo hierárquico quando você cumpriu o destaque no POIT?

Oficial Suboficial/Sargento Cabo Civil

3 – Qual o seu tempo de destaque no POIT?

2 meses 4 meses

4 – Em algum momento do seu destaque no POIT você precisou de apoio de Advogado, Assistente Social, Capelão ou Psicólogo?

Advogado Assistente Social Capelão Psicólogo Não se aplica

5 – Quanto à pergunta anterior você foi atendido (a)?

Sim Não Não se aplica

6 – Caso a resposta tenha sido “SIM”, o atendimento foi por um profissional da área?

Sim Não Não se aplica

7 – Relate, brevemente, qual foi a situação que você precisou de um Advogado, Assistente Social, Capelão ou Psicólogo?

8 – Você teria alguma sugestão para aperfeiçoar o atendimento dos profissionais mencionados anteriormente?

APÊNDICE II

ENTREVISTA REALIZADA COM OFICIAIS QUE GUARNECERAM O POSTO OCEANOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE

Abordada a seguinte questão:

Que experiência psicossocial relevante foi presenciada no POIT e que poderia ter provocado desvio do foco do cumprimento da missão pelos seus subordinados?